



A BALANÇA COMERCIAL

IGNACIO M. RANGEL

A balança comercial é a parcela fundamental do balanço de pagamentos. De qualquer forma, no dia em que começarmos a honrar nossos compromissos externos —talvez em má hora e desastrosamente assumidos, em nosso nome, mas assumidos, em todo caso— há de ser pela via dos saldos positivos na balança comercial que o faremos. Por esse motivo, o saldo de um bilhão e novecentos milhões de dólares, do mês passado, é uma notícia minúscula.

Ao primeiro exame teríamos razões de sobra para festejar. Nós e os banqueiros nossos credores externos. Mas não creio que esse clima festivo se estenda a todas as áreas, a começar pela indústria e agricultura dos países daqueles mesmíssimos banqueiros. Nosso saldo significa que, embora em medida modesta ainda, conseguimos penetrar em seus mercados e que, por outro lado, tivemos certo êxito no fechamento de nossas próprias porteiças. Não nos surpreendamos se os governos dos países cênicos, sob a pressão dos seus próprios produtores, entram a exigir que baixemos nossa guarda. A começar pelo dos Estados Unidos, às voltas com um colossal déficit na própria balança comercial.

Por esse lado, porém, nenhuma novidade. Deveríamos saber que a reação dos países nossos credores não seria unívoca. Que o que é festa para os banqueiros não é, necessariamente, festa para os industriais e demais produtores. Por isso mesmo, devemos estar preparados para explorar essa dicotomia em nosso proveito. O problema consiste em saber como deveremos nós reagir e como reagiremos de fato, frente ao mesmo saldo. Será unívoca nossa resposta?

Não seria de se esperar. Todo um elenco de reações potencialmente contraditórias deverá definir-se. Não faltará quem pretenda que uma importação de apenas 500 milhões de dólares é muito pouco para assegurar nosso desenvolvimento econômico,

e essas pessoas serão provavelmente mais afirmativas do que aquelas que recordem o fato de que nos estivemos endividando para a importação de coisas que já podíamos produzir, e cujos produtores ficavam, por isso mesmo, sem mercado. Para essa emergência, porém, deveríamos estar também preparados.

O problema maior deve ser esperado de outros pontos de nossa rosa dos ventos política. Do lado do Tesouro do Estado, em primeiro lugar, abarbadado como o problema do próprio déficit, em moeda nacional. O saldo na balança comercial e, potencialmente, no balanço de pagamentos, tem que assumir a forma de, a certa altura, desembolsos em moeda nacional, na compra de cambiais de exportação, sem contrapartida na venda de cambiais de importação. Não seria de espantar que, por esses arraiais, o clima seja de puro pânico.

Sim, de pânico. Com efeito, um governo que não hesita em congelar a URV para todo o funcionalismo público, mesmo com o risco de abrir um conflito entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário, não pode ficar indiferente ante a perspectiva de ter que descobrir cruzados para cobrir aquele superávit em moeda forte. Daí a "tomar medidas" para acabar com o superávit comercial, o caminho é curto, se é que não foi já palmilhado.

A lógica dos magos das nossas finanças —especialmente desses que aí estão— é conhecida: pagar a dívida, sim, mas com "dinheiro novo", isto é, com novo endividamento. Se possível, esse novo endividamento deve ser maior do que o velho, para que o saldo possa ser vendido contra moeda nacional, a fim de cobrir o déficit do Tesouro.

Que isso possa implicar dumping do mercado nacional, deixando nossas indústrias sem compradores para os seus produtos, disso nem se cogita. O dogma do excesso crônico de demanda não pode ser posto em dúvida, porque, argumenta-se, de

outro modo não teríamos a inflação que aí está, com ares de hiperinflação.

É espantoso que um país como o Brasil possa ter sua economia e suas finanças regidas por tal "filosofia" —que nos perdoem os mestres gregos que inventaram tal vocábulo, para significar coisa muito diferente. Mas o caso é que o governo está mais interessado em vender divisas do que em comprá-las, o que quer dizer que está visceralmente interessado no déficit comercial, não no superávit. Que é o primeiro advogado do dumping de nossa própria economia.

Nem por um momento nos detemos para estudar a etiologia do

déficit do Tesouro. Pois se aí temos o dogma cômodo do excesso de demanda, pronto a justificar todos os arrochos salariais, como parte das medidas salvadoras, posto que amargas... Por que buscar outras explicações, se esta que aí está é tão convincente, tanto para as simples donas de casa como para os professores de economia?

Do estudo da causação profunda do déficit do Tesouro que acabou por implantar-se estruturalmente, eu deduzi uma terapêutica montada na privatização de uns quantos serviços de utilidade pública. Afinal, a concessão dos serviços públicos a empresas públicas tornava impraticável o uso da hipoteca dos bens comprometidos no serviço, para os capitais levantados, dentro e fora do país. Em lugar da hipoteca, ficou o aval do Tesouro, que comprometia recursos fiscais futuros e que, conseqüentemente, trazia o déficit no seu bojo.

A idéia da privatização firmou-se num contexto muito diferente, embora, mas que, como tem acontecido, acabará por corrigir-se.